



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 22/2016

*Da reunião pública extraordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 16 de novembro de 2016*

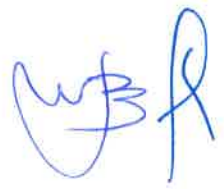
----- Aos dezasseis dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública extraordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas e trinta minutos, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **ALTERAÇÃO POR ADITAMENTO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. De acordo com a alínea k) do número 1 do Artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a submissão à Assembleia Municipal a



alteração por aditamento ao Regulamento do Loteamento na Zona Industrial de Alcoutim, nos seguintes termos:

**“Artigo 1.º - Aditamento ao Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcoutim**  
É aditado ao Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcoutim o artigo 15.º-A, com a seguinte redação:

**Artigo 15.º-A - Regularização excecional**

- 1- *A requerimento do interessado, devidamente fundamentado e aceite pela Câmara Municipal, poderá ser concedida uma regularização excecional de uma situação de incumprimento, por parte do interessado, de um dos prazos previstos nos artigos 12.º a 15.º, independentemente das prorrogações também aí previstas, mediante a concessão de novo prazo de duração idêntico àquele que esteja em causa.*
- 2- *A regularização excecional prevista no número anterior só pode ser deferida, pela Câmara Municipal, por uma única vez relativamente a cada interessado, não podendo ser deferidos novos pedidos de regularização excecional que tenham a ver com o incumprimento do mesmo prazo ou de outro prazo previsto nos mencionados artigos 12.º a 15.º.*
- 3- *A Câmara Municipal pode determinar um prazo máximo para que o interessado, querendo, apresente o requerimento devidamente fundamentado mencionado no n.º 1 do presente artigo, notificando o interessado em causa para o efeito.”*

2. Nos termos do disposto no Artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, submeter o aditamento ao Regulamento do Loteamento na Zona Industrial de Alcoutim a consulta pública, com a duração de 30 dias; -----

3. Caso seja omissos contributos resultantes da consulta pública, de acordo com a alínea g) do número 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a presente proposta seja remetida para aprovação à Assembleia Municipal; -----

-----O presidente apresentou o ponto começando por agradecer aos vereadores a disponibilidade demonstrada para o agendamento da presente reunião extraordinária, visto a necessidade de cumprir os prazos legais para apresentar este ponto na próxima reunião de Assembleia Municipal. Prosseguiu referindo que este assunto já tinha sido presente numa outra reunião sobre outra

forma, mas que no decorrer da discussão do mesmo sugeriram algumas questões pelo que foi retirado. Entretanto, foi solicitado parecer jurídico à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que no qual não apresentou qualquer solução sobre esta matéria, pelo que foi solicitado um novo parecer, desta vez à PLMJ – Sociedade de Advogados, RL (PLMJ) que apresentou uma solução, solução essa que é agora a base da presente proposta.-----

-----A vereadora Dalila Barros solicitou a palavra para discordar do presidente, relativo à apresentação do ponto, uma vez que a ANMP não serve para apresentar soluções e resolver os problemas, mas sim para fornecer orientações legais das “coisas”. Discordou ainda na solicitação de novo parecer à PLMJ, frisando que os regulamentos são para serem cumpridos e caso não concordasse com o presente regulamento já o deveria ter alterado, uma vez que, já é presidente de Câmara há três anos. Fez ainda um paralelismo em relação do atual ponto com o concurso da Estalagem que, na sua opinião, foi “afunilado” com vista a promover favorecimentos a algumas pessoas.-----

-----O presidente em resposta à intervenção da vereadora, informou que não se trata de um “problema” do presidente, mas sim da Câmara Municipal pelo que urge a necessidade de se viabilizar uma solução. Aproveitou ainda para questionar a vereadora se sabe se o Regulamento do Loteamento da Zona Industrial de Alcoutim (RLZIA) sempre foi cumprido, à qual respondeu “Não sei, nem quero saber sobre o passado, só me interessa o presente”.-----

-----O vereador José Pereira iniciou a sua intervenção para esclarecer as diferenças entre a proposta retirada e a atual, uma vez que na anterior era proposto a “suspensão” dos prazos regulamentares e agora é apresentado uma alteração do Regulamento, solução que sempre defendeu. Continuou, para salientar a problemática em solicitar dois pareceres para o mesmo assunto, uma vez que podem ser discordantes, como é o caso. Reforçou que, desde o início do mandato, a oposição se tem pautado por uma posição construtiva, séria, justa e de igualdade para todos, e assim, com a sua ajuda, embora nunca tenha sido entendida por parte do executivo permanente como tal, contribuiu para que não se cometessem algumas ilegalidades, pelo que esperava por parte do presidente esse reconhecimento, pois devido a esses alertas é que o ponto foi retirado. ----



----- Continuou, para congratular a decisão tomada em solicitar parecer à ANMP, dado que vem de encontro ao que já tinham referido, uma vez que a alterar o regulamento o mesmo teria que se promover através de uma proposta da Câmara à Assembleia Municipal. Seguidamente passou a comparar os pareceres solicitados, referindo que apesar de um dos pontos serem coincidentes, no ponto fundamental são divergentes, o que leva a que “podemos” estar a cometer uma ilegalidade. Concorde que, face à crise que o mundo atravessa e o nosso País, se devem encontrar soluções e normas facilitistas, mas legais, para os operadores económicos do concelho e a potenciais investidores que queiram cá investir. As normas e facilidades a encontrar devem obedecer os princípios da imparcialidade, da legalidade, da transparência e da igualdade e, na sua opinião, a proposta apresentada viola alguns destes princípios, e para o demonstrar, passou a ler o seguinte excerto do parecer da PLMJ “ *Em síntese e nos termos acima explicitados: 1. Os princípios da igualdade e imparcialidade deveriam levar a que fosse dado idêntico tratamento às situações em que se tenha verificado um fundamento da caducidade de atribuição dos lotes e/ou de reversão dos mesmos, em aplicação do regulamento vigente*”, pelo que, estamos perante um regulamento vigente, e devido a diversos motivos os adquirentes não cumpriram os prazos aí estabelecidos, e assim, a proposta agora apresentada, viola o princípio da igualdade e da imparcialidade, porque já se verificou no passado casos em que foram atribuídos lotes por incumprimento dos prazos em que os adquirentes tiveram que reverter os lotes tal como referido no regulamento. Em relação à suspensão dos prazos, começou por ler o seguinte excerto do parecer da ANMP “ *Compreendemos, naturalmente, os problemas graves colocados pela crise.... No entanto, estas soluções deverão, sempre, e em absoluto respeitar os princípios acima, sendo importante compreender que, nestas áreas, efetivamente, os tempos divergem, sendo fundamental que o Município se dote de meios regulamentares adequados, mais flexíveis, que possibilitem uma resposta mais adaptada e eficiente a estas solicitações. Quanto à questão colocada, parece-nos, como já foi referido, que a alteração proposta só poderia ser assumida em sede de alteração ao Regulamento da Zona Industrial, no entanto, com as limitações impostas, por Lei, às alterações regulamentares com efeitos retroativos, somos do entendimento que a margem*



*de decisão que é deixada ao Município, nesta matéria, é muito ténue (senão inexistente) e que, a ser admitida esta possibilidade – solução que nos suscita as maiores reservas, a mesma deve ser lida de forma muito restrita, atenta a proibição prevista e sempre à luz das condicionantes referenciadas e impostas pelo nº 1 do Artigo 141º do Novo Código do Procedimento Administrativo” pelo que sentiu a necessidade de ainda ler textualmente o que refere o Artigo referido, e comparou com o parecer da PLMJ “...É defensável considerar, no âmbito de uma alteração do RMLZI, que uma suspensão e concessão de novo prazo, com efeitos retroativos, tendo em vista as disposições dos artigos 12º a 15º do Regulamento, é possível nos termos e para os efeitos no artigo 141º, nº 1 do NCPA, para os casos em que ainda não se tenha praticado um ato final determinando a caducidade da atribuição e/u reversão dos lotes em causa” , face aos constrangimentos e diferendos referidos nos pareceres e, face à proposta do senhor presidente, considera que se está perante duas situações e a solução proposta não está devidamente explícita porque, o parecer da PLMJ, contrariando o da ANMP, a suspensão e a concessão de novos prazos pode se realizar desde que o ato final ainda não se tenha sido praticado, entendendo que os prazos encontram-se todos caducados e que o ato final é uma argumento para arranjar uma solução e assim, os princípios já invocados não estão cumpridos. Terminou a sua intervenção a solicitar esclarecimentos, nomeadamente se os prazos estavam todos caducados. -----*


*----- O presidente da câmara finalizou, referindo que a solução apresentada visa resolver um “problema que existe” e em resposta à questão colocada, referiu que essa informação já foi prestada e entregue anteriormente, e que a alteração ao regulamento aplica-se a todos e ainda, que os prazos não se encontravam todos caducados. -----*

*----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, aprovar a referida proposta, com dois votos contra dos vereadores José Pereira e Dalila Barros e apresentaram a seguinte declaração de voto: “ Os vereadores do PSD, José Carlos Pereira e Dalila Barros, sempre se pautaram por efetuar uma oposição séria, responsável e construtiva, defendendo os interesses e a melhoria da qualidade de vida, dos munícipes de Alcoutim, orientando-se pelos princípios de imparcialidade, transparência e igualdade para todos. Quando nos foi*





*apresentada proposta do sr. Presidente, para suspensão dos prazos contidos no Regulamento do Loteamento da Zona Industrial de Alcoutim, pelo facto, de que a maioria dos compromissos assumidos pelos adquirentes dos lotes, não terem sido cumpridos em prazo' manifestamo-nos contra, uma vez que em nossa opinião, estaríamos a violar a lei, visto que nenhuma das normas do respetivo regulamento o permitia e tal como refere o n.º 2 do artigo 142.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, "os regulamentos não podem ser derogados por atos administrativos de carácter individual e concreto". Sugerimos ao sr. Presidente, que fosse solicitado parecer sobre o assunto à ANMP, com o objetivo de evitar ilegalidades, visto que em nossa opinião, a suspensão dos prazos contidos nos artigos 12.º a 15.º e permitindo que os mesmos se reiniciassem a partir de uma nova data, só poderiam acontecer com a alteração do Regulamento de Loteamento da Zona Industrial. Somos da opinião que o Regulamento do Loteamento da Zona Industrial de Alcoutim, face aos problemas colocados pela crise económica, deve adotar normas regulamentares mais flexíveis que motivem os operadores económicos, contudo, essas normas não devem violar os princípios da legalidade, imparcialidade e igualdade, devendo garantir o correspondente retorno para o interesse público. Quanto à alteração proposta, com vista, a suspensão e concessão de novo prazo, com efeitos retroativos, temos a mesma opinião do parecer da ANMP, uma vez que, as limitações impostas pela lei do Novo Código do procedimento Administrativo, no n.º 1 do seu artigo 141.º (sob a epigrafe " Proibição de eficácia retroativa") refere: " 1º Não pode ser atribuída eficácia retroativa aos regulamentos que imponham deveres, encargos, ónus, sujeições ou sanções que causem prejuízos ou restrinjam direitos ou interesses protegidos, ou afetem as condições do seu exercício". "2. Os efeitos dos regulamentos não podem reportar-se a data anterior àquela a que se reporta a lei habilitante." Refere, também o parecer da PLMJ, na sua síntese, que: "1. Os princípios da igualdade e imparcialidade deveriam levar a que fosse dado idêntico tratamento às situações em que se tenha verificado um fundamento da caducidade de atribuição dos lotes e/ou de reversão dos mesmos, em aplicação do RLZ vigente;". Assim, consideramos que se estão a violar os princípios de igualdade e imparcialidade, uma vez que já existiram adquirentes, que não cumprindo com as normas impostas pelo RLZI, tiveram que devolver os*



*lotes adquiridos. Como referimos atrás, somos da opinião que o Regulamento do Loteamento da Zona Industrial de Alcoutim, face aos problemas colocados pela crise económica, deve adotar normas regulamentares mais flexíveis que motivem os operadores económicos, mas, considerando que esta proposta de aditamento ao RLZI referente a suspensão e concessão de novo prazo, com efeitos retroativos em nossa opinião, viola a lei. Votamos Contra” -----*

**-----ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO DETERMINADO POR UM ANO (15 ASSISTENTES OPERACIONAIS):**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Autorizar a abertura do procedimento concursal em causa ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto, com o fundamento previsto na alínea h), do n.º 1, do artigo 57.º do citado diploma legal; -----

2. No sentido de dar cumprimento ao estabelecido no n.º 3, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto, ou seja, que o recrutamento seja restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado; -----

3. Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por aplicação do disposto no ponto anterior, deliberar no sentido de admitir candidatos que se insiram no universo a que se refere o n.º 4, do artigo 30.º da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto. -- -----

-----O vereador José Pereira solicitou a palavra para comentar que os vereadores do PSD não estão contra à presente proposta, dado que “já aprovámos” a alteração ao mapa de pessoal que suporta este procedimento



concursal, assim como o novo mapa de pessoal para 2017. Referiu-se ainda, a uma entrevista dada pelo presidente a um jornal em que teria sublinhado a “mágoa” sentida por não ter conseguido nestes três anos como presidente da câmara empregar pessoas que saíram do concelho, solicitando neste contexto que olhe para as pessoas que sente a referida “mágoa”. -----

----- O presidente, em resposta ao comentário, referiu que não se recorda do contexto da entrevista citada, contudo sublinhou que deve ser um parceiro ativo também na criação de emprego, alvejando que o Município no final do seu mandato, não seja o maior empregador do concelho. Sublinhou ainda que defende a criação efetiva de emprego e que as medidas promovidas pelo IEF, nomeadamente os CEI e CEI+, deveriam ser convertidas no final em emprego efetivo, assim como acontece no programa PEPAL. -----

----- O vereador José Pereira corroborou com o presidente, contudo, relativamente à “mágoa” referida sobre a empregabilidade na Câmara, considera que tem “agora a oportunidade de o fazer”. -----

----- O presidente referiu que se trata de um concurso público, tendo o vereador José Pereira referido que “todos sabemos a forma como acontecem as coisas, e mais não digo”. O presidente continuou a referir que trata de a abertura de um concurso público, não entendendo a “forma leviana” como está a referir-se ao assunto. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 16 de novembro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas onze horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está

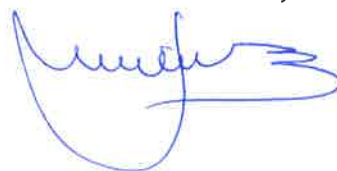


conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. Domingos Teixeira Pires', written over a horizontal line.

O secretário,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'José Domingos Teixeira Pires', written over a horizontal line.

